



II CONGRESSO NACIONAL DA GROQUIFAR

HOTEL TIVOLI ORIENTE

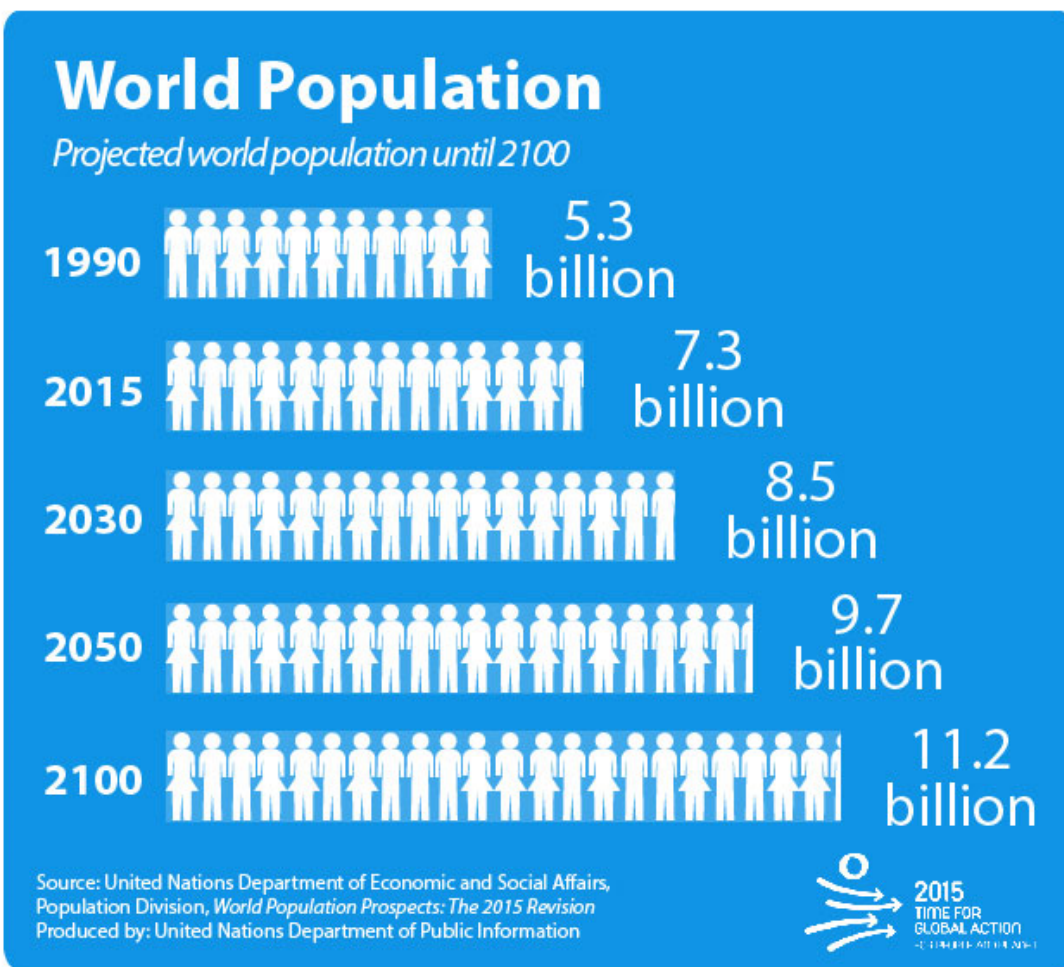
«Perspectiva da Produção Agrícola em Portugal»

Jorge Azevedo

Lisboa, 27 de Outubro de 2016



Estimativa de crescimento da população 1990-2100 / ONU

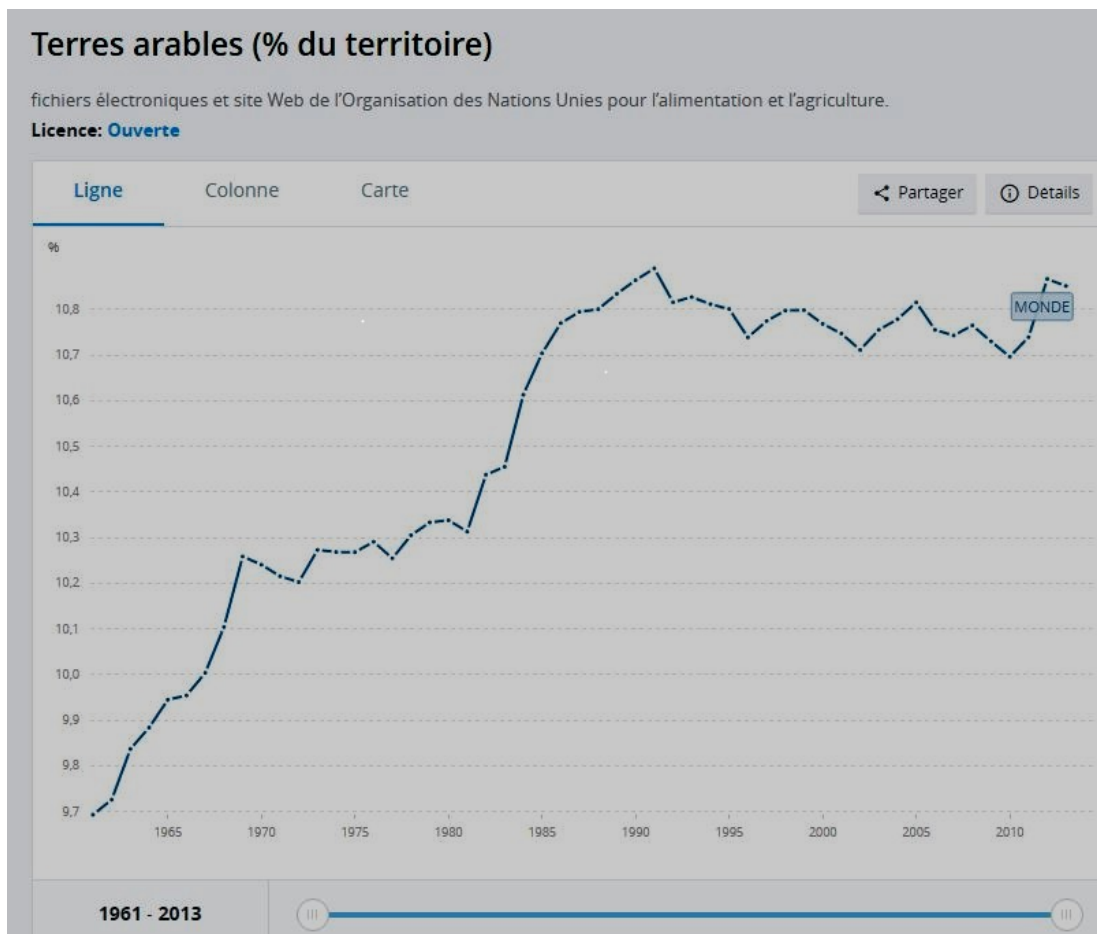


De 7,3 mil milhões de habitantes em 2015, iremos passar para 11,2 mil milhões em 2100.

Em 2050, seremos 9,7 mil milhões!



Terra arável utilizada 1961-2013 (%) – ONU / FAO



Estamos perante um recurso que embora tenha crescido, nunca poderá aumentar significativamente para além dos valores hoje utilizados - cerca de 11% do território.



Segundo o relatório da OCDE-FAO «Perspectivas Agrícolas 2015-2024», publicado em Junho deste ano:

- **Ásia, Europa e América do Norte** - a produção agrícola adicional será proveniente quase exclusivamente de melhorias no rendimento.
- **América do Sul** - são previstas melhorias ao nível do rendimento e na utilização de áreas agrícolas adicionais.
- **África** – não se perspectivam grandes evoluções, embora seja salientado que novos investimentos poderiam aumentar a produção e o rendimento de forma significativa.

Alimentar o número de pessoas que se prevê que venham a habitar o planeta só se poderá fazer, sobretudo e segundo a OCDE-FAO, à custa de aumentos de rendimento nas produções agrícolas.



A principal questão que se põe ao sector agrícola, é a obtenção dos alimentos necessários para alimentar 9,7 mil milhões de pessoas daqui a pouco mais de 30 anos, sem expandir a terra cultivada.

Aumentar significativamente a superfície cultivada a nível mundial implicaria mais desflorestação, aumento da perda de biodiversidade, aumento das emissões de CO₂, maiores níveis de desertificação.

No passado e tal como já foi salientado nos Roteiros 2020 promovidos pela CAP, o antigo modelo de intensificação, baseado exclusivamente no aumento da utilização de factores de produção, conduziu a sistemas com graves ineficiências na sua utilização, que induziram:



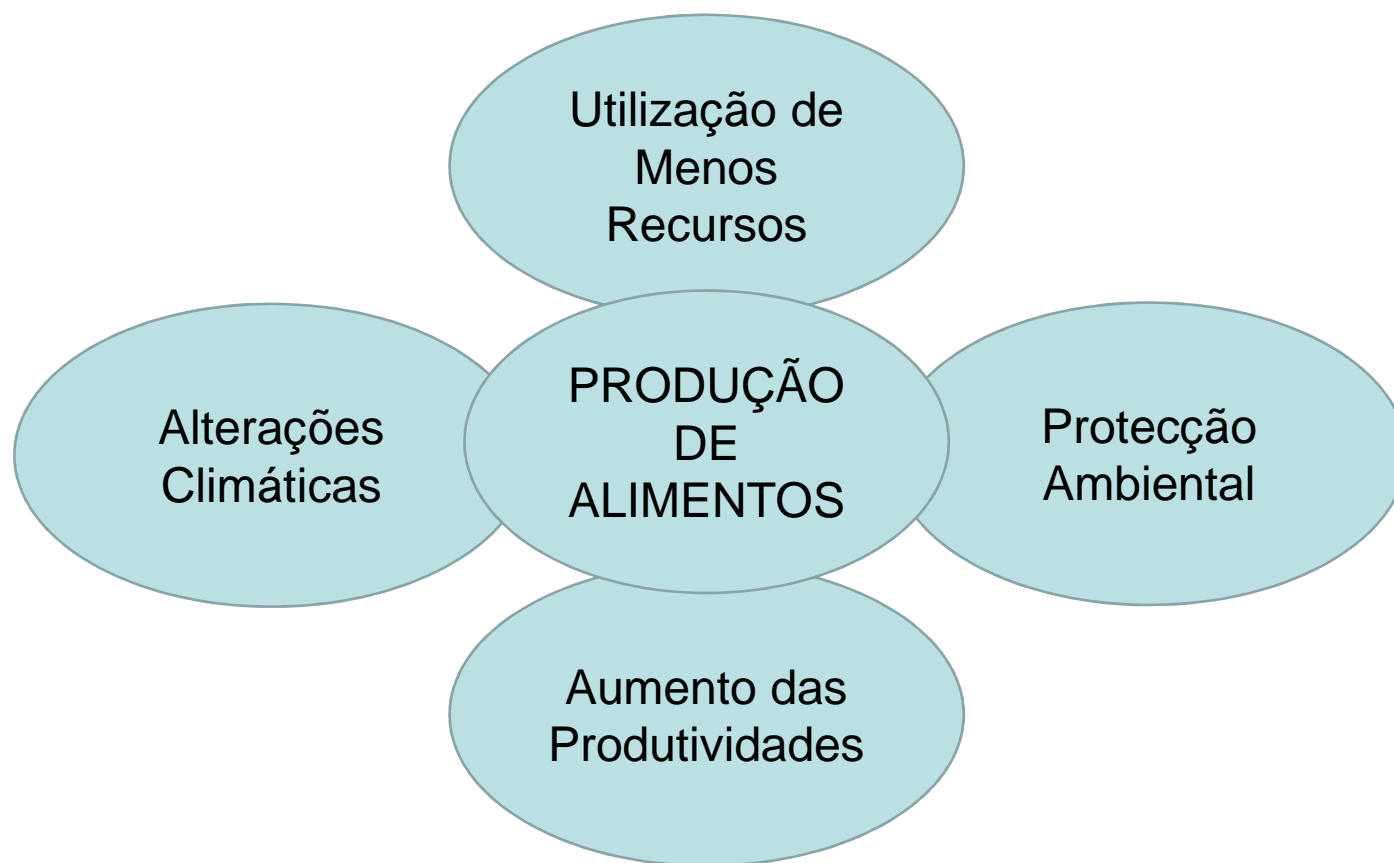
- Aumento da emissão de gases com efeito de estufa.
- Utilização excessiva de pesticidas.
- Aumento da concentração de nitratos.
- Aumento dos gastos e dependência da energia fóssil.
- Crescentes limitações ao uso da água e do solo.
- Perda de biodiversidade.

Paralelamente, face às condições edafo-climáticas que se verificam actualmente no Sul da União Europeia e, concretamente em relação às condições meteorológicas, a única certeza que temos, é a incerteza.

É pois necessário equacionar um modelo de produção que intensifique racionalmente, ultrapassando as ineficiências, os erros e as limitações do passado e possa contrariar o impacto das alterações climáticas nas produtividades das culturas e na disponibilidade de recursos hídricos.



«Temos de produzir mais, com menos, tendo como cenário de fundo a protecção ambiental e um clima a mudar»





Como vamos atingir estes objectivos?

1. Direcção da utilização dos factores de produção de uma forma mais precisa e eficiente, através de:

- Tecnologias de informação, como bases de dados.
- Detecção remota através satélites.
- Robotização, com a utilização de técnicas computadorizadas.
- Sistemas de informação geográfica.
- Sensores electrónicos associados a reguladores automáticos ou a medidores de fluxos.

2. Conhecimento ambiental / ecológico dos sistemas de produção:

- Polinização.
- Controlo biótico de pragas e doenças.
- Fertilidade e teores de matéria orgânica nos solos.



Usadas em paralelo, estas duas vias permitem:

- Avaliar e / ou monitorizar as condições de produção, aplicando os diferentes factores de produção (sementes, fertilizantes, matéria orgânica, produtos fitofarmacêuticos, água, etc), conforme as necessidades objectivas de cada cultura numa determinada parcela e num determinado período de tempo, aumentando assim a sua eficiência de utilização e baixando os custos de produção.
- Maximizar as características intrínsecas dos ecossistemas produtivos, de forma a promover-se a intensificação através das particularidades específicas e naturais de cada parcela em produção.

Promovemos assim o aumento da produtividade e da qualidade das culturas através da utilização de dois caminhos distintos, mas complementares, que irão melhorar o rendimento económico e reduzir o impacto ambiental da actividade agrícola.



É na conjugação destas duas equações, que os fitofármacos se têm de inserir hoje em dia.

Por um lado, serem factores de produção numa agricultura de precisão que inevitavelmente, embora lentamente, se irá generalizar e, por outro, serem um complemento fundamental aos ecossistemas de produção, tendo em vista a obtenção de alimentos sãos e seguros.

É necessário que os produtos fitofarmacêuticos sejam apresentados, junto dos consumidores em geral e dos políticos em particular, como essenciais para a sustentabilidade da actividade agrícola e como um dos factores que promove um elevado nível de protecção da saúde humana, animal e ambiental.

Em relação a este aspecto concreto, pensamos que a indústria tem um papel importante a desempenhar, devendo apostar, sem hesitações, no investimento ao nível da comunicação para fora do sector.



Os agricultores são confrontados:

- Diminuição drástica dos fitofármacos ao seu dispor.
- Muitas pragas e doenças a descoberto nas mais diversas culturas.
- Aparecimento de novas doenças, sem que exista nenhum tipo de solução fitofarmacêutica.
- Abandono de áreas de produção ou mudança de culturas.
- Regulamentação em permanente mudança, onde a retirada dos velhos produtos fitofarmacêuticos não é compensada pela entrada de novos, de nova geração.
- Falta de massa crítica, em que a enorme agressividade por parte dos agentes comerciais da distribuição substitui, em muitas situações e de uma forma direccionada para os seus objectivos económicos, o aconselhamento técnico que deveria existir.



A indústria depara-se com:

- Dificuldades crescentes na homologação de novos fitofármacos devido às políticas comunitárias em vigor.
- Uma União Europeia cada vez menos interessante em termos económicos, o que obriga grande parte da investigação a focalizar-se noutros continentes e mercados, dificultando assim a apresentação de novas soluções no espaço europeu.
- Períodos de tempo elevados para a homologação nas diferentes zonas de autorização e respectivos Estados-membros.
- Necessidade de mobilizar elevados montantes financeiros para a apresentação dos dossiers.
- Uma opinião pública e política cada vez mais hostil à utilização de produtos fitofarmacêuticos, dado que, através da exploração da ignorância geral sobre esta matéria, os movimentos ambientalistas mais extremistas fazem vingar as suas opiniões.



Actualmente, na UE, estamos em fase de reavaliação de muitas substâncias activas, ou seja, estamos a escolher quais as que poderemos utilizar como ferramentas na produção agrícola, a curto e médio prazo.

Independentemente de ideologias ou preconceitos que possam existir sobre este tipo de produtos, sem eles não é possível produzir alimentos, em qualidade e quantidade, suficientes para alimentar toda a população.

Todos queremos que haja uma minimização de riscos no que concerne a agentes poluidores, perigosos, etc., mas é necessário ter sempre em conta as consequências nefastas de uma revisão cega, tal como a que se está a verificar, acarreta.

Com a actual política, iremos assistir à deslocação da produção para zonas no globo onde nada é exigido ou controlado, ficando assim os consumidores europeus mais expostos a substâncias perigosas, dado que o controlo às importações provenientes de países terceiros é bastante reduzido, para não dizer nulo.



Hoje em dia, a relação entre a produção de alimentos e a necessidade de utilização de produtos fitofarmacêuticos por parte dos agricultores é bastante difícil de explicar ao cidadão comum, constituindo, sem dúvida, o elo mais fraco ao nível da comunicação.

Nos últimos anos, saíram centenas de substâncias activas do mercado e a mensagem que foi sendo passada ao longo do tempo, junto da opinião pública, foi a de que, sem elas, a produção agrícola iria decrescer drasticamente. Tal, acabou por não se verificar.

Por outro lado, neste momento, estamos a atravessar uma fase em que se assiste a um fenómeno de enorme concentração e venda de várias empresas da indústria fitofarmacêutica, sem que os contornos destas operações, legítimas sem dúvida, sejam perceptíveis pelo público em geral.

Estes dois factores conjugados acabam por levantar dúvidas e incertezas junto dos consumidores e agricultores pelo que, a clareza e objectividade na comunicação, dentro e fora do sector, é essencial.



MUITO OBRIGADO
PELA VOSSA ATENÇÃO
jazevedo@cap.pt